



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2002

ACTA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e dois**, pelas quinze horas e cinco minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **quarta Sessão Extraordinária**, nas instalações dos Paços do Concelho sito na Quinta da Memória, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e secretariada pelos primeiro e segundo Secretários, José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II – ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 - IMPLICAÇÕES DO ORÇAMENTO DO ESTADO / PIDDAC 2003 NA ACTIVIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS-----

PONTO 2 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ACTIVIDADE DO TRANSPORTE EM TÁXI-----

PONTO 3 - CONCURSO PÚBLICO PARA ALUGUER OPERACIONAL DE 50 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS-----

PONTO 4 - EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTOS AO ABRIGO DO – PROQUAL---

PONTO 5 - 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2002-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Mesa:-----

Susana de Fátima Carvalho Amador (Presidente)-----

José Manuel Mendes Tudela (1.º Secretário)-----

Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade (2.º Secretário)-----

Bancada do PS:-----

Abílio Garcia dos Santos-----

António dos Santos Rodrigues-----

António Manuel Zózimo Vieira-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Armando Fernando Ramalho dos Santos-----

Carlos Alberto Fortes Ribeiro-----

Domingos Manuel Antunes Tomé-----

Eduarda Frederica Correia de Barros-----

Eduardo Manuel Miguel Tavares-----

Francisco Caniço de Carvalho-----

Francisco José Lourenço da Silva-----

Joaquim Manuel Firmino-----

Jorge Manuel Mota Ramos da Silva-----

José Carolino Santos-----

José Francisco Guerreiro-----

Maria Fernanda Marcelo Faria Duarte Franchi-----

Miguel Américo Nascimento Brás-----

Ricardo Jorge Veloso Maximiano-----

Vítor Manuel Alves Peixoto-----

Bancada do PPD/PSD:-----

Delfim Rodrigues Mota-----

João Rego Lourenço de Carvalho-----

Luís Alberto Salmonete Alves Rodrigues-----

Luís Miguel da Silva e Sousa Martins-----

Manuel António Freixedas Torres-----

Manuel Soares Mendes-----

Paula Susana do Nascimento Teixeira Nobre-----

Pedro Miguel Ferreira Martins-----

Sandra Cristina de Sequeiros Pereira-----

Teresa Michele Loureiro Cambraia Branco-----

Bancada da CDU:-----

Adventino Pinheiro Amaro em substituição da Deputada Municipal **Raquel Rodrigues**-----

Armindo Pires Fernandes-----

Carlos José Pereira da Silva Santos-----

Fernando Lourenço Baptista-----

Francisco Joaquim Lourenço Pereira-----

Ilídio de Magalhães Ferreira-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

José Gomes-----

Maria de Fátima Amaral em substituição do Deputado Municipal **Liberto Pais de Carvalho**-----

Bancada do CDS/PP:-----

Rui Pedro Nobre Ribeiro-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos do disposto no Artigo 48º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, pelos seguintes membros:-----

Presidente da Câmara Municipal de Odivelas:-----

Manuel Porfírio Vargas-----

Vereadores da Câmara Municipal de Odivelas-----

Carlos Alberto Gomes Lourenço-----

Sérgio Constantino Gaspar Lopes de Paiva-----

Maria da Graça Albuquerque da Costa Peixoto-----

Carlos Manuel Pereira Lérias-----

Fernando de Sousa Ferreira-----

Carlos Manuel Maio Bodião-----

António Agostinho Rosa Antunes-----

José Esteves Ferreira-----

Maria Natália Pereira dos Santos-----

Alexandrino Augusto Saldanha-----

Havendo quórum, a **Senhora Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

A **Senhora Presidente** apresentou ao plenário o **pedido de suspensão do mandato** do Deputado Municipal **Liberto Pais de Carvalho** da bancada da **CDU**, durante o período correspondido entre 21 de Outubro a 30 de Novembro, sendo substituído pela Deputada Municipal **Maria de Fátima Amaral**.-----

Posto à votação, o pedido supracitado foi **aprovado por unanimidade**.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Pela **Senhora Presidente** foi também apresentado aos Senhores Deputados Municipais uma proposta de ratificação do Seu Despacho emanado no pedido de suspensão do mandato do Deputado Municipal José Gomes da bancada da CDU, pelo período de 28 de Junho a 3 de Outubro, que seguidamente se transcreve: “T.C. – admita-se o presente pedido de suspensão nos termos legais e regimentais aplicáveis (motivos de força maior)”.

Posta à votação, a ratificação mencionada foi **aprovada por unanimidade**.

A Senhora Presidente deu conhecimento ao plenário das seguintes informações:

1. Tomada de Posse das Comissões Permanentes, no passado dia 11 de Outubro.
2. Realização em Santarém, do IVº Encontro Nacional de Autarcas, promovido pela ANMP, informando que irá circular uma lista onde os Senhores Deputados Municipais poderão manifestar a sua intenção de comparência e utilização do transporte facultado pela Câmara Municipal.
3. Foi recebida em audiência, no dia 8 de Outubro, a Comissão do Bairro Dr. Mário Madeira, na Pontinha.
4. O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** comunicou nos termos da lei n.º 64/93 do art.º 6 n.º 1, de 26 de Agosto, que desde Fevereiro de 1999, exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A., facto de que anualmente deu conhecimento ao Tribunal Constitucional, no âmbito das funções políticas que vem exercendo.
5. O **Senhor Vereador Carlos Lourenço** comunicou nos termos da Lei 64/93 do art.º 6º n.º 1 de 26 de Agosto que, desde o dia 3 de Outubro p.p., passou a exercer funções de Vogal não Executivo do Conselho de Administração da Odivelcultur.
6. O Grupo de Trabalho da Saúde teve a sua 1ª Reunião no passado dia 6 de Outubro.

Relativamente ao **Grupo de Trabalho do Ensino Recorrente da Escola Secundária da Pontinha**, e por sugestão da Coordenadora do mesmo Grupo, a **Senhora Presidente** pôs à consideração do plenário, a prorrogação da sua existência até final de Dezembro.

A prorrogação do prazo foi **aprovada por unanimidade**.

Foram colocadas à votação os Projectos de Acta da **4ª Sessão Ordinária relativa ao dia 26 de Setembro** e da **3ª Sessão Extraordinária relativa ao dia 4 de Outubro**.



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A **Acta de 26 de Setembro** foi aprovada por unanimidade, enquanto que a **Acta de 4 de Outubro** foi aprovada por maioria, com cinco abstenções da bancada do **PS**, uma abstenção da bancada da **CDU**, e uma abstenção da bancada do **PSD**, devido a ausência dos Deputados Municipais das referidas bancadas, nesta mesma Sessão.-----

A Senhora Presidente informou o plenário que estava aberto o período para Intervenções de Interesse Local, registando-se as seguintes:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, informou o Senhor Presidente da Câmara de ter pendente desde 1999 alguns processos sobre vários equipamentos de limpeza urbana para serem reembolsados, encontrando-se pendente ainda outro processo desde o ano de 2001. Questionou a razão de não existir até ao momento qualquer informação sobre o assunto, e apelou para que a Câmara cumprisse com o Protocolo que tem com a Junta de Freguesia de Odivelas.-----
Referiu-se ainda ao facto de uma Técnica da Câmara Municipal ter injuriado o Senhor Presidente da Câmara na entrega do Alvará do Casal do Monte, apresentando o seu protesto quanto ao sucedido, pois tal facto afigura-se extremamente gravoso;-----

A Deputada Municipal **Maria Fátima Amaral**, da bancada da **CDU**, referiu-se a um Ofício do Governo Civil remetido à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao Bairro Dr. Mário Madeira na Pontinha, manifestando a sua preocupação com os moradores deste mesmo Bairro e também com Santa Maria da Ulmeira à Pontinha, afirmando que deveriam ser realizadas obras antes da entrega dos respectivos fogos;-----

O Deputado Municipal **Adventino Pinheiro Amaro**, da bancada da **CDU**, pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação relativamente ao estado de saúde do funcionário que contraiu a “doença do legionário”, e se está a ser feita com regularidade a manutenção dos aparelhos de ar condicionado;-----

O Deputado Municipal **Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, interveio para realizar a seguinte questão:---
“Com os melhores cumprimentos, solicito a V. Ex.a que obtenha da Câmara Municipal de Odivelas a seguinte informação:-----

Qual é o valor mensal da importância paga pela Câmara Municipal à Rádio Nova Antena, pela chamada «Hora do Município» que “vai para o ar” às quintas-feiras ?”-----

Proferiu ainda uma intervenção sobre o Metro que seguidamente se transcreve:-----
“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Susana Amador:-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Como Deputado Municipal nesta Assembleia que V.Ex.a superiormente dirige, quero com esta minha intervenção repor a verdade numa matéria que V.Ex.a irá ter ocasião de verificar, é da máxima importância para todos nós, tendo também consciência que deste modo estou a dar o meu pequeno contributo, ao apelo feito pelo Ex.mo Senhor Presidente da Republica, no sentido de haver um maior entendimento entre os maiores Partidos da cena política Portuguesa, que já existe na prática neste Município, mas que assim fica reforçado, mas acima de tudo pretendo repor a verdade, numa matéria, que como já disse, nos é muito querida, que é,-----

O METRO-----

E esta minha tentativa de repor a verdade, vai no sentido das declarações proferidas pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Manuel Vargès, aos diários, 24 Horas, Capital e Jornal de Noticias, que disse entre outras coisas, o seguinte: - Lançámos rotundas, variantes de ligação e novos grandes projectos, como o METRO e o Odivelas Parque.-----

Para lá de ter constatado com agrado que houve o cuidado do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara em não mencionar A CREL, a CRIL e o IC22, no que respeita ao METRO, há a meu ver um pequeno reparo a fazer, que é o seguinte:-----

É que, Senhora Presidente, eu fui um dos comuns mortais que teve a honra e o prazer de estar presente numa das várias inaugurações do METRO feitas pelo anterior Governo, mas concretamente aquela que teve lugar na Estrada do Desvio ao Lumiar, no chamado "poço de ataque", que, curiosamente no dia que foi inaugurado "atacou" na direcção do Campo Grande, mas, tirando este pequeno pormenor sem qualquer importância para a história, como espectador atento, tive ocasião de constatar "In loco" que quem presidiu a esta cerimónia, foi o Ex.mo Senhor Eng.º António Guterres, na altura Primeiro Ministro de Portugal, que tive o prazer de cumprimentar, e não o Ex.mo Senhor Dr. Manuel Vargès (que também cumprimentei).-----

E, se a memória não me trai, foi o Governo do Partido Socialista, que lançou esta importante obra, a chamada "jóia da coroa", e não o Ex.mo Senhor Presidente da então Comissão Instaladora do Município de Odivelas, Dr. Manuel Vargès.-----

Mas, como pessoa que também se engana, se da facto me equivoquei, e se o que se passou não foi aquilo que vi, peço desde já as minhas desculpas.-----

Mas se assim não foi, solicito então que esta minha intervenção fique registada em acta, a fim de ser repostada uma verdade histórica.-----

A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR."-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

O Deputado Municipal **Rui Nobre Ribeiro**, pela bancada do **PP**, interveio para criticar o facto de não ter obtido resposta a duas questões que colocou na anterior Sessão da Assembleia Municipal, sobre assuntos financeiros e sobre o ambiente, por parte do Senhor Presidente da Câmara;-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes** pela bancada da **CDU**, fez menção às verbas relativas aos Protocolos Adicionais e Subsídios aprovados, que as Juntas ainda não receberam. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a intervenção dos Serviços Municipalizados e o estado em que os mesmos deixam as ruas. Solicitou ainda o apoio do Senhor Presidente à população de Caneças no sentido do Posto da GNR ser efectivamente instalado em Caneças;-----

O Deputado Municipal **Armando Ramalho**, pela bancada do **PS**, emitiu um voto de felicitações pelo andamento da resolução do problema dos moradores do Bairro Dr. Mário Madeira. Lamentou o facto de não ter existido mais informação disponível sobre o estado de saúde do funcionário municipal que contraiu a chamada “doença do legionário”, a fim de deixar as pessoas mais esclarecidas quanto ao sucedido.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**, que fez referência ao facto do Jardim da Radial se encontrar sem passadeiras e sem sinalização, apelando para a resolução do problema. Mencionou também que as Juntas ainda não receberam as Verbas dos Protocolos Adicionais;-----

O Deputado Municipal **Domingos Tomé**, pela bancada do **PS**, referiu-se à casa de diversão nocturna onde recentemente ocorreram distúrbios que levaram ao seu encerramento, questionando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, se a mesma irá ou não reabrir;-----

O Deputado Municipal **Francisco Pereira**, pela bancada do **CDU**, fez menção ao “murete” que está a ser construído junto à paragem da Rodoviária no Olival Basto, questionando se a obra estará ou não licenciada. Prestou ainda a sua solidariedade à jornada de luta da Função Pública;-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, que interveio novamente em sede de direito de resposta ao Deputado Domingos Tomé, afirmando ter a promessa do Vereador José Esteves que o problema irá ser resolvido;-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas pelos Senhores Deputados Municipais, nas suas intervenções no Período Antes da Ordem do Dia.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Relativamente ao trabalhador que se encontra doente, afirmou que o mesmo não é funcionário do município, mas sim um colaborador com um contrato de avença, e que em relação ao seu estado de saúde encontra-se estável e com algumas melhorias. Informou ainda que as instalações da DFPM continuavam encerradas e que não há outros funcionários com os mesmos sintomas ou queixas apresentadas pelo referido colaborador, tendo o Município realizado todas as “démarches” que lhe competia, não havendo portanto motivo para alarme.-----

Quanto ao programa chamado «*Hora do Município*» da Rádio Nova Antena, existe um contrato com a referida estação de rádio e que o seu custo é de 1.750 euros/mês.-----

Relativamente à questão do Metro, o Senhor Presidente teceu alguns esclarecimentos quanto às diferentes interpretações que a língua portuguesa pode ter.-----

Deu resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas sobre o processo em curso para o pagamento de 43 armários -----

Após este período, foi apresentada uma **Moção** pelo Deputado Municipal **Pedro Martins**, da bancada do **PSD**, sobre a “Descrédibilização da política e dos políticos”, transcrita seguidamente:-----

“Muito se tem falado, escrito e lido sobre as causas que hoje afastam os eleitores dos eleitos, assim como sobre as razões que levam à descrédibilização da política e dos políticos.-----

Sabemos que nos últimos anos, a tendência participativa dos eleitores perante a causa pública é de decréscimo, paralelamente a distância entre quem elege e quem exerce o poder, seja na oposição seja em cargos governativos centrais ou autárquicos, tem vindo a aumentar.-----

É perante este cenário que importa reflectir sobre o caminho que a praxis política portuguesa tem vindo a assumir.-----

Para uns esta tendência é fruto da postura dos políticos, para outros são as populações que, por sua iniciativa se afastam da política, porque não se revêem nela, outros que é fruto da própria sociedade e da complexidade da vida humana que não permite que as pessoas pensem, reflectam participem cívica e politicamente, pois estão mais preocupadas em garantir uma melhor qualidade de vida, do que serem uma voz activa nas questões públicas e políticas.”-----

A **Moção** entregue na Mesa, foi admitida para discussão, tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Maria de Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, que interveio para solicitar à bancada do PSD qual a definição que entende por ser a classe política, para assim poder decidir o seu sentido de voto;-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Abílio Santos, da bancada do **PS**, referiu que a Moção da bancada do PSD a ser aprovada deveria ser enviada não só aos órgãos nela referida, mas também ao Governo Regional da Madeira;-----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, referiu que a classe política eram todos os Deputados Municipais que tinham sido eleitos e todos aqueles que não o sendo, exerçam cargos políticos;-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**, mencionou que esta Moção não tinha conteúdo e cabimento para ser votado, e por essa razão não iria votar a favor;-----

Luís Martins, da bancada do **PSD**, fez referência ao facto de existirem vários padrões de posturas políticas;-----

Carlos Silva Santos, pela bancada do **CDU**, afirmou na sua intervenção que o importante são os actos, e que se a bancada do PSD fosse mais clara na sua Moção apresentada, possivelmente até votaria;-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS** salientou que por vezes se sente ofendido pelos debates que se passam na Assembleia da República, e que só assim compreenderia esta referida Moção, mas como não é o caso, sente-se ofendido pelo contexto e conteúdo da mesma;-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, referiu que não se pode separar as classes políticas, pois tal pode assumir contornos perigosos;-----

Armando Ramalho, pela bancada do **PS**, fez algumas considerações sobre a Moção, dizendo que os proponentes da mesma deverão ter a coragem de chamar as coisas pelos seus nomes, não envolvendo o Senhor Presidente da República nestas questões, considerando a Moção destituída de fundamento;-----

Pedro Martins, da bancada do **PSD**, interveio para dizer que nunca considerou que esta Moção viesse a provocar tanta celeuma, pois o seu objectivo não era atacar qualquer força política.-----

Pelas 16h45m a bancada da **CDU** abandonou o Salão Nobre, onde decorria a Sessão.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Após este período, a **Moção** foi colocada à votação tendo esta sido **rejeitada por maioria** com os votos contra de 15 elementos da bancada do **PS**, cinco **abstenções** da bancada do **PS** e com 11 votos a favor, 10 da bancada do **PSD** e 1 do **CDS/PP**.-----

Foi apresentado pela bancada do **PS** uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----
“Os 15 Deputados Municipais do Partido Socialista votaram contra esta Moção, por entenderem que a sua aprovação era altamente desprestigiante para a Assembleia Municipal de Odivelas.”-----

Pelas 16h55m a bancada da **CDU** retomou o seu lugar no Salão Nobre.-----

Seguidamente, o **Voto de Saudação** sobre o **4º Aniversário do Concelho de Odivelas**, apresentado anteriormente pelo **PS**, foi admitido à discussão tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Luís Salmonete, da bancada do **PSD**, mencionou que este Voto de Saudação deveria representar toda a Assembleia e não só do PS, devendo o mesmo ser reformulado no seu 1º parágrafo, para assim poder ser votado por todos os Deputados Municipais;-----

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**, considerou a composição deste Voto de Saudação como sendo mais um voto ao PS do que ao Município de Odivelas;-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, que interveio em sede de direito de resposta à CDU, referiu que a finalidade deste documento era um voto de saudação ao Município, e que a bancada do PS estaria disponível a torná-la numa Moção, caso tal fosse necessário;-----

Pelas 17 horas os trabalhos foram interrompidos, a fim das bancadas se reunirem em particular, para reformularem o Voto de Saudação apresentado.-----

Após este período, a **Senhora Presidente** leu o **Voto de Saudação** já com a nova redacção, que seguidamente se transcreve:-----

“Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal,-----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,-----

Exmos. Srs. Vereadores,-----

Exmos. Srs. Deputados Municipais,-----

Exmos. Srs. Municípes,-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

*Minhas Senhoras e meus Senhores:-----
É já no próximo dia 19 de que o Município de Odivelas, celebra o seu 4º Aniversário e as bancadas dos partidos representados nesta Assembleia, não querem, nem poderiam deixar passar esta data sem um voto de saudação à população de Odivelas.-----*

Quatro anos de poder Concelhio, três anos dos quais em instalação do próprio Município, é ainda pouco tempo para qualquer balanço, mas as transformações operadas a vários níveis, deixam antever que o futuro deste Município é promissor.-----

*“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”, dizia Fernando Pessoa na mensagem.-----
Tinham razão aqueles que sonharam e idealizaram a criação deste Município. As nossas saudações são extensivas a esses homens e mulheres, que em muitos movimentos de opinião, dos quais o último ficou conhecido por MOC, Movimento de Odivelas a Concelho, levaram a bom termo o seu empreendimento.-----
De Odivelas à Pontinha, da Póvoa de Santo Adrião ao Olival Basto, de Famões a Caneças sem esquecer a jovem Ramada, estas são as nossas raízes matriciais.-----*

É daqui que todos partimos envoltos na História de um Rei e uma Rainha que povoa o imaginário, não só deste Concelho, mas também deste País; mas também em histórias, mais pequenas, de que quintas e quintarolas, de amores e desamores, de saloios, de burgueses, de aristocratas, de ladrões, de adultérios, de virtudes e pecados, de santos e pecadores.-----

*Somos então herdeiros e portadores de uma História e por isso mesmo somos-lhe devedores de memória e não podemos deixar que o tempo futuro apague aquilo que o tempo passado não apagou. Nunca é por isso demais lembrar que a memória dos povos é parte integrante e infra estruturante de qualquer comunidade.---
Terminamos, saudando através da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal toda a população de Odivelas.-
Parabéns Município de Odivelas!”-----*

*Após a leitura do **Voto de Saudação** sobre o **4º Aniversário do Concelho de Odivelas**, o mesmo foi colocado à votação, tendo este sido **aprovado por unanimidade**.-----*

***Entre as 17h15m e as 17h45m a Sessão foi interrompida, para a celebração do 4º Aniversário do Município de Odivelas, através de um Brinde e Bolo alusivo ao evento.**-----*

II – ORDEM DO DIA

*Pela **Senhora Presidente** foi dado início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada, tendo sido proposta uma alteração à sequência da discussão dos pontos, passando-se a*



Município de Odivelas Assembleia Municipal

discutir em 1º lugar o Ponto 2, em 2º lugar o Ponto 4, em 3º lugar o Ponto 5, em 4º lugar o Ponto 1 e em 5º lugar o Ponto 3.-----

PONTO 2 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ACTIVIDADE DO TRANSPORTE EM TAXI -----

A **Senhora Presidente** da Assembleia Municipal de Odivelas deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para fazer uma breve apresentação do documento posto à consideração do plenário.-----

Usou da palavra no âmbito deste ponto o seguinte Deputado Municipal:-----

O Presidente da Junta de Freguesia, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, que quis deixar registado o facto de terem sido acolhidos os contributos da sua bancada à proposta apresentada, bem como ter sido acolhido o parecer das Juntas de Freguesia, nomeadamente no que respeita aos n.ºs 2 e 3 do art.º 8 e o n.º 2 do art.º 9.-----

Não se registando mais intervenções, este Ponto foi submetido à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, o Regulamento Municipal para a Actividade do Transporte em Táxi.-----

PONTO 4 – EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTOS AO ABRIGO DO – PROQUAL---

Após uma breve apresentação pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, o Ponto foi posto à discussão, usando da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**;-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**.-----

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Odivelas, a fim de responder às questões levantadas pelos Deputados Municipais supracitados.-----

Após este período o Ponto foi submetido à votação, tendo este sido **aprovado por unanimidade**.-----

Foi apresentada pela bancada do **PSD** uma **declaração de voto**, que seguidamente se transcreve:-----

“A bancada do PSD presente nesta Assembleia Municipal, votou favoravelmente a proposta de empréstimo de longo prazo presente, seguindo a postura coerente e responsável do passado e que, temos vindo a demonstrar no corrente mandato.”-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Sabendo da difícil situação financeira e económica do Município é com preocupação que encaramos a contracção de um empréstimo que trará para o Município mais um encargo financeiro, mas tal como no passado entendemos que o programa PROQUAL é um instrumento importante para o desenvolvimento do Concelho e para a qualidade de vida das populações.-----

Assim, votámos favoravelmente esta proposta porque a mesma, garante que as verbas advindas deste empréstimo serão aplicadas exclusivamente em projectos inseridos no PROQUAL e não noutras despesas, como sejam, despesas correntes ou outras.-----

Queremos também reafirmar que os Odivelenses podem contar, sempre, com o nosso contributo por forma a garantir um desenvolvimento sustentado e integrado para o Concelho de Odivelas.”-----

PONTO 5 – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2002

Após uma breve apresentação pelo **Senhor Presidente** da Câmara Municipal, o Ponto foi posto à discussão usando da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

António Zózimo Vieira, da bancada do **PS**, que fez uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Os elementos do PS, membros desta Assembleia Municipal, têm vindo a acompanhar com muita atenção, e alguma preocupação, porque não dizê-lo, a evolução da situação económica e financeira do Município.---- Desde logo o facto de só no final de Abril de 2002 ter sido possível ao executivo fazer aprovar o orçamento e as grandes opções do plano para 2002, tendo de acomodar neste mesmo orçamento tudo aquilo que constituiu receita e despesa de um período de quatro meses em que a única referência para a gestão era o orçamento do ano anterior, criou necessariamente dificuldades acrescidas de controlo e não permitiu que de uma forma eficaz se tivessem tomado mais cedo, medidas de contenção da despesa face às restrições anunciadas.-----

Por outro lado, o elevado volume de compromissos assumidos no ano anterior, com repercussão ao nível dos valores a pagar neste exercício veio aumentar inevitavelmente a pressão sobre a tesouraria, obrigando ao aumento de endividamento face à necessidade inadiável do Município honrar os seus compromissos.---- Não obstante as dificuldades atrás referidas, mesmo assim, verificamos que por volta do final do 1º semestre, começou a haver a consciência de que era preciso fazer alguma coisa no sentido de se conter tanto quanto possível a despesa para que não se viessem a verificar desequilíbrios orçamentais que pusessem em causa o desenvolvimento de actividade prioritárias e a resposta do Município aquilo que são as suas principais responsabilidades.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Pensamos que só assim foi possível apresentar uma revisão orçamental com um desvio de 1,5% no valor da despesa corrente, pois se não tivesse havido essa visão não temos dúvidas que hoje estaríamos a ser confrontados com um desvio muito superior.-----

Admitimos, sem reservas que não seria fácil fazer muito mais quanto a contenção da despesa corrente no curto prazo, mas também pensamos que todos temos todos a obrigação de tentar fazer hoje melhor do que ontem e amanhã melhor do que hoje e que, por isso, vamos ter a esperança de que o canário não morrerá e que não vai ser preciso fugirmos da mina.-----

Analisando os valores da revisão orçamental que nos é apresentada, e que reporta ao final de Setembro do presente exercício, verificamos o seguinte:-----

RECEITA	INICIAL	REVISTA	DESVIO	% DESVIO
CORRENTE	50.009.939,00	50.758.199,00	748.260,00	1,50
CAPITAL	19.131.801,00	23.781.801,00	4.600.000,00	24,00
TOTAL	69.141.740,00	74.490.000,00	5.348.260,0	7,70

DESPESA	INICIAL	REVISTA	DESVIO	% DESVIO
CORRENTE	41.527.764,97	42.142.077,78	614.312,81	1,50
CAPITAL	27.613.975,03	32.347.922,22	4.733.947,19	17,00
TOTAL	69.141.740,00	74.490.000,00	5.348.260,0	7,7

O equilíbrio orçamental é feito basicamente na expectativa do aumento da receita proveniente do imposto de sís (+ 570.000 euros), e da venda de terrenos que proporcionarão uma receita de 4.500.000 euros.-----

Face ao exposto o grupo parlamentar do PS nesta ASSEMBLEIA MUNICIPAL vota favoravelmente a 1ª Revisão Orçamental-2002, apresentada pelo Município.-----

Usou ainda da palavra o Deputado Municipal **Francisco Pereira**, da bancada da **CDU**, constatando que muito do conteúdo da Revisão Orçamental, está relacionado com uma compilação de sucessivas alterações orçamentais efectuadas ao longo do ano. Afirmou ainda, que a bancada da CDU tem uma opinião completamente desfavorável em relação à alienação e venda dos terrenos municipais, considerando que o Município de Odivelas necessitava de fazer o inverso, ou seja, cativar terrenos para as infra-estruturas e equipamentos, e também criar zonas de descompressão, que fazem falta no Concelho.



Município de Odivelas Assembleia Municipal

A **Senhora Presidente** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara de Odivelas**, a fim de responder às questões levantadas pelos Deputados Municipais supracitados.-----

Após este período, o Ponto foi colocado à votação tendo este sido **aprovado por unanimidade**.-----

PONTO 1 – IMPLICAÇÕES DO ORÇAMENTO DO ESTADO / PIDDAC 2003 NA ACTIVIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS-----

A **Senhora Presidente** da Assembleia Municipal de Odivelas fez uma breve apresentação do Ponto em questão.-----

Pela bancada da **CDU**, foram apresentados os Documentos **Resolução sobre “Orçamento de Estado para 2003”** e **Resolução sobre “PIDDAC 2003”**, que seguida e respectivamente se transcrevem:-----

Orçamento de Estado para 2003-----

1. *“Considerando que, o Orçamento de Estado para 2003 atinge negativamente, mais uma vez, os sacrifícios de sempre, porque:-----*
 - *agrava a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho (com a actualização do escalão do IRS em 2%), enquanto aumenta as benesses fiscais para o capital financeiro, nomeadamente no off-shore da Madeira;-----*
 - *diminui o poder de compra com “actualizações” salariais inferiores à inflação;-----*
 - *faz actualização insuficiente das pensões de reforma e invalidez.-----*
2. *Considerando que, corta verbas em sectores estratégicos para o desenvolvimento do país e aponta para um aumento generalizado da privatização de serviços públicos;-----*
3. *Considerando que, a componente das Finanças Locais no Orçamento de Estado é também altamente lesiva dos municípios e freguesias e das suas populações constituindo um travão ao desenvolvimento, degradando a competitividade da economia e contribuindo para a exclusão social, porque:-----*
 - *impõe medidas restritas inaceitáveis em matéria de endividamento municipal que impedirão as autarquias de construírem habitação social e de realizarem obras co-financiadas pela União Europeia, por não terem capacidade para suportar a sua parte de financiamento, o que levará ao não aproveitamento de grande parte dos fundos comunitários;-----*



Município de Odivelas Assembleia Municipal

- de forma escandalosa, pretende isentar de Contribuição Autárquica “os prédios integrados em fundos de investimento imobiliário ou equiparáveis”, permitindo que qualquer grande empresa privada crie esses fundos e integre neles o seu património imobiliário;-----
- não insere no Orçamento de Estado, contrariando a Lei, quer as verbas necessárias às compensações devidas por isenções efectivas de impostos que constituíam receitas municipais, quer verbas para fazer face às transferências de competências do Governo para os municípios.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 4ª Sessão Extraordinária em 7 de Novembro de 2002 delibera:-----

- a) Protestar pelas orientações políticas referentes aos considerandos 1 e 2;-----
- b) Reclamar o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, quer quanto às normas aplicáveis ao endividamento das autarquias, e designadamente à não inclusão nos limites do endividamento dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos para construção de habitação social e para complemento de financiamentos comunitários, quer no que respeita à inscrição no Orçamento de Estado de dotação adequada à completa compensação por isenções de impostos que são receita municipal da responsabilidade do Governo;-----
- c) Rejeitar qualquer tentativa para alargar as isenções de contribuição autárquica que estão em vigor;
- d) Em consonância com a ANMP, rejeitar quaisquer tentativas de, em sede de OE, alterar a Lei das Finanças Locais;-----
- e) Saudar a convocação do IV Encontro Nacional de Autarcas, promovido pela ANMP para o próximo dia 11 de Novembro, em Santarém;-----
- f) Anunciar este Texto em órgãos de Comunicação Social Local e Nacional;-----
- g) Enviar este Texto para os agentes económicos sociais, e educativos e ao movimento associativo do concelho.”-----

PIDDAC 2003-----

“Considerando que:-----

Há um elevado défice de investimentos no concelho de Odivelas, em equipamentos e estruturas fundamentais, nomeadamente nos domínios da saúde, segurança, educação e desporto, muito penalizado a centena e meia de milhar de habitantes que o concelho tem.-----

O Município de Odivelas, conhecedor e preocupado com esta situação, por diferentes vezes tomou posição, nomeadamente aquando da elaboração dos orçamentos de estado, expressando a necessidade de consagração ou reforço de verbas a afectar à construção de equipamentos prioritários e fundamentais como, entre outros, um hospital, centros de saúde, esquadras da P.S.P e escolas.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

De igual modo e reiteradamente, expressou a necessidade de ressarcimento pelos encargos assumidos com o processo de instalação do Município.-----

Face ao que se conhece agora, para o PIDDAC do próximo ano de 2002, não são consagradas verbas para obras fundamentais, como é o caso das esquadras da P.S.P. em Famões, Olival de Basto, Póvoa de Santo Adrião, Ramada e Pontinha, dos centros de Saúde da Ramada, Pontinha, Famões e Póvoa, da reabilitação da E.N. 8, da variante Caneças, do pavilhão desportivo de Odivelas, de novas escolas secundárias na Pontinha e em Odivelas.-----

Particularmente penalizados é incompreensível a não consagração de qualquer verba para os novos centros de saúde de Odivelas e da Póvoa de Stº Adrião, ao contrário de anos anteriores, impossibilitando a sua construção conforme contratos – programa celebrados entre Ministério da Saúde e o Município de Odivelas. Com total desrespeito pelos compromissos assumidos.-----

Também, uma vez mais, não se prevê no Orçamento de Estado qualquer verba específica para ressarcir o Município de Odivelas dos encargos assumidos com o processo de instalação que ultrapassou os 2 milhões de contos.-----

No momento em que se encontra em elaboração o Orçamento de estado para o próximo ano de 2002, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 07.11.2002 delibera:-----

Considerar imprescindível a consagração no PIDDAC 2002 das verbas adequadas para:-----

- apoio financeiro ao processo de instalação ao Município de Odivelas*-----
- reabilitação da E.N. 8, da E.N. 250 e da E.N.250 – 2*-----
- construção das variantes a Caneças, do nó das Patameiras e conclusão do nó da radial da Pontinha*---
- construção das esquadras da P.S.P.*-----
- construção do Hospital Loures – Odivelas e unidades de saúde familiar em Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Pontinha, Famões, Olival de Basto e Ramada*-----
- construção de escolas de ensino básico em Famões e Olival basto e de escolas secundárias na Pontinha e Odivelas*-----
- construção do pavilhão desportivo na escola de Odivelas*-----
- participação do estado na recuperação dos Bairros AUGI's*”-----

Os Documentos foram admitidos à discussão tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:---

Francisco Pereira, da bancada da **CDU**;-----

José Gomes, da bancada da **CDU**;-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**, que fez uma intervenção, transcrita seguidamente:-----

“Senhora Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Senhores Vereadores,-----

Senhores Deputados Municipais,-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

É com preocupação que o Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal observa a postura do Governo, e dos Partidos que o apoiam, no que se refere à governação do País em geral e às regras aplicadas às autarquias em particular.-----

É com preocupação que assistimos à discriminação que o Orçamento de Estado 2003 faz em relação às Autarquias, criando-lhes restrições muito maiores do que aquelas que reserva para o próprio Governo.-----

Não podemos aceitar que o Governo, a coberto da necessidade de redução do déficit, queira estrangular a capacidade das autarquias para realizarem obras e resolverem os problemas das populações.-----

As restrições que o Orçamento de Estado está a criar ao endividamento dos Municípios vão inviabilizar a nossa actuação em várias áreas fundamentais de apoio às populações. Estão em causa os programas de habitação social, de apoio ao ensino básico e pré-escolar, e de apoio social aos mais carenciados.-----

Quando o Presidente da República nos desafia a todos a investir nos nossos jovens, como forma de assegurar o desenvolvimento do País, este Governo faz precisamente o contrário.-----

Quando é essencial que Portugal invista na integração social e na melhoria das condições de vida da população mais carenciada, como forma de assegurar a estabilidade e a justiça sociais, este Governo desinveste nesta área.-----

Com esta política, está em causa uma das mais nobres missões do Estado e das Autarquias Locais, a sua função social.-----

Mas não é só isto que está em causa. Por ridículo que pareça, num País, como o nosso, que necessita, para o seu desenvolvimento, de utilizar, até ao último cêntimo, todos os apoios Comunitários que estão ao seu dispor, a acção do Governo vai inviabilizar que isto aconteça.-----

Cortar a capacidade de endividamento das autarquias para a realização de obras participadas por Fundos Comunitários é duplamente grave e inaceitável.-----

Por um lado inviabiliza a realização de obras fundamentais para as populações. Por outro leva a que tenham de ser devolvidos à União Europeia, por não utilização, dezenas de milhões de euros que são indispensáveis ao desenvolvimento do País.-----

No que respeita a Odivelas, a situação é particularmente grave e inaceitável.-----

Desapareceram do PIDDAC as verbas para a construção dos Centros de Saúde da Póvoa, de Odivelas e do Olival Basto.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

*Dos dois primeiros nem rasto. Do último resta apenas a verba para a elaboração do projecto.-----
Ou seja, este Governo não vai honrar compromissos assumidos anteriormente com o Município de Odivelas
e, mais grave ainda, com a população.-----*

*Estão também em causa compromissos assumidos no âmbito da Habitação Social e do PER.-----
Está em causa o PROQUAL que, como todos sabemos, é um programa fundamental para a requalificação
urbana da cidade de Odivelas.-----*

*Está em causa o desenvolvimento do parque escolar do Concelho, principalmente na sua componente Pré-
escolar e Básica.-----*

*Está em causa a construção de vários equipamentos desportivos, de que o Concelho tão carenciado está.---
Ou seja, está em causa a capacidade deste Município resolver os problemas das populações e ser o motor
do seu desenvolvimento.-----*

*Esta penalização dos Municípios é tão mais caricata quanto a globalidade dos Municípios contribuem
apenas com cerca de 2% para o endividamento do País, sendo os outros 98% da responsabilidade do
Governo.-----*

*Contrariamente ao que fazem outros países da União Europeia, este Governo elegeu como objectivo
principal da sua acção o equilíbrio das contas do Estado, objectivo que, é neste momento de cumprimento
duvidoso, e que está a levar o país para uma crise económica e de confiança, como não há memória nos
últimos anos, levando ao agravamento das condições de vida dos portugueses, principalmente dos mais
carenciados.-----*

Esta não é a nossa política e contra ela combateremos.-----

*Portugal necessita de um Governo que faça aquilo que promete e não o seu contrário, que fale verdade aos
portugueses em vez de os enganar, que desenvolva o País e que não o afunde na crise económica, um
Governo que seja de confiança, o que não é o caso do Governo da coligação PSD/PP.-----*

Não estamos de acordo com esta política e contra ela lutaremos em todas as frentes.-----

Muito Obrigado.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**;-----

Luís Salmonete, da bancada do **PSD**, que realizou uma intervenção transcrita seguidamente:-----

“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas.-----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas. -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

Senhora Senhores Vereadores. -----

Comunicação Social. -----

Publico em geral. -----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Minhas senhoras e meus senhores. -----

Senhora Presidente, foi distribuído aos Senhores Deputados Municipais a seguinte documentação:-----

A Proposta de lei OE para 2003, com os mapas 19 e 20. -----

O PIDDAC para 2003, por Ministérios. -----

O relatório da Comissão do Poder local, Ordenamento do território e Ambiente ao OE e GOP's 2003 que inclui pareceres da Associação Nacional de Municípios, Associação Nacional de Freguesias e Conselho Económico e Social. -----

As circulares 83/2002 e 85/2002 da ANMP. e, temos o PIDDAC regionalizado para 2003, no qual constam os investimentos previstos para o Concelho de Odivelas, páginas 91 e 92, mas as páginas relativas aos investimentos nos " Vários Concelhos do Distrito de Lisboa, no que respeita aos investimentos que dizem de alguma maneira respeito ao Concelho de Odivelas não foram distribuídas, e eles constam nas páginas 93 a 96. -----

Alertei para este facto a Senhora Presidente, há dois dias atrás na reunião da Comissão Permanente, e penso que pelo menos os líderes das bancadas já tem esta informação. -----

Mas para uma análise mais correcta, faltam por exemplo um mapa das obras que foram pedidas pela Câmara Municipal de Odivelas ao Governo para serem inscritas em PIDDAC para o ano de 2003, porque sem esta informação, temos dificuldade em saber, para lá dos casos já conhecidos de todos, quais são as verbas pedidas que não foram contempladas. -----

Mas vamos directamente ao assunto em discussão. -----

Para declarar que, -----

Não vamos perder muito tempo a discutir o Orçamento de Estado para o ano de 2003 e as verbas incluídas em PIDDAC para o mesmo ano, discussão esta proposta pela CDU nesta Assembleia Municipal.-----

Não porque o assunto não seja importante e nos mereça menos atenção, longe disso, mas essencialmente porque estamos todos completamente esclarecidos, sabemos o que queremos e o aprofundamento das divergências evidentes nos diversos Partidos Políticos levaria horas a debater para finalmente ninguém ter razão ou paradoxalmente todos terem razão.-----

No entanto temos a nossa visão relativamente ao Orçamento de Estado e PIDDAC para 2003, que pretendemos, fique registada em acta.-----

É sabida a posição da esmagadora maioria dos Autarcas Social Democratas, no que respeita a este Orçamento para 2003, que a nosso ver é penalizador para as Autarquias. -----

E não são só os Autarcas do PSD na esmagadora maioria das Câmaras e Assembleias Municipais e de Freguesia por todo o País, que se manifestam, é também o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Municípios, Dr. Fernando Ruas, e do Algarve Dr. Macário Correia, entre outros.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Portanto, temos plena consciência da gravidade das medidas tomadas pelo Governo que atingem todos os Municípios, e em Odivelas os autarcas do Partido Social Democrata já demonstraram publicamente a sua insatisfação.-----

Relativamente ao Concelho de Odivelas a situação é particularmente desagradável no que respeita à ausência de verbas para a construção dos 2 (dois) Centros de Saúde já protocolados, sendo certo que no que respeita ao PER vão verificar-se igualmente atrasos na sua concretização.-----

Quanto ao Hospital Maternidade de Loures, há muito reclamado, vai ter uma solução que provavelmente envolverá entidades públicas e privadas, o seu lançamento está previsto para o 2º. Semestre de 2003, e por isso não tem que estar em PIDDAC.-----

No que respeita à Habitação Social é tudo mais complexo e estranho, pois segundo as palavras da Sr.ª Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Maria da Luz Rosinha, na última Assembleia Metropolitana de Lisboa, - a Habitação Social é um pesado fardo para os Municípios - e sendo assim, ficamos sem saber ao certo qual a posição dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Aliás, esta posição da Sr.ª Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, á tanto mais estranha quando se sabe que a mesmo defende junto do Sr. Secretário de Estado da Habitação, Jorge Costa, a necessidade de serem libertados meios para a Habitação Social.-----

Mas mais importante do que a posição de Sr.ª Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa é a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no que respeita à Habitação Social e aos próximos desafios que se apresentam ao Município de Odivelas, quanto ao desenvolvimento dum efectivo programa de Habitação Social e à assunção de novas responsabilidades na mesma área.-----

Gostaria de saber, por exemplo, se a política de Habitação Social para o nosso Concelho é para ser levada a sério com a cabal satisfação dos Municípes mais carenciados ou se pelo contrário vamos manter e financiar a construção de meia dúzia de casas todos os anos para se poder dizer que também damos atenção à Habitação Social.-----

Relativamente a este pedido de debate solicitado pela CDU, o Partido Social Democrata e os seus autarcas, têm plena consciência e nisso não são ingénuos, de que mesmo que as verbas estivessem inscritas em PIDDAC, mesmo que houvesse um grande aumento de verbas e que o Orçamente de Estado para 2003 fosse mais favorável, a CDU haveria de arranjar maneira de criticar o Governo do PSD/CDS, não só por uma questão de sobrevivência política, mas essencialmente por dois aspectos, um para consumo interno, para a sua necessidade em apresentar serviço a nível local, e outro para dar um sinal da sua utilidade ao PS, fazendo o trabalho que o Partido Socialista ainda não pode fazer por razões óbvias.-----

E aqui, voltamos ás velhas questões que são as seguintes:-----

Se houvesse dinheiro para fazer tudo o que é necessário, certamente não havia necessidade de autarcas, bastavam funcionários públicos para executarem as ordens emanados do Governo, provavelmente em vez



Município de Odivelas Assembleia Municipal

de Municípios existiriam repartições do Estado, mas essa é uma situação que não desejamos, e felizmente não se verifica. -----

E depois, é preciso lembrar que não são só os Governos que constróem, que desenvolvem, as Autarquias também têm a sua parcela de responsabilidade, e têm cumprido, umas mais, outras menos, mas também é preciso não esquecer que, muito daquilo que é a eventual falta de algumas infra - estruturas no que é hoje o Município de Odivelas, advém do facto da CDU ter dirigido os destinos da área onde se situa hoje o nosso Concelho, a nosso ver, tempo demais, ou seja de 1979 a 1999. -----

Mais, -----

Ironicamente estamos hoje a discutir um ponto da ordem de trabalhos, (que é importante, e estamos aqui com muito prazer) , a solicitação da CDU que é a principal, para não dizer a única culpada de algumas das situações de ausência de infra-estruturas na Área do nosso Município, pela ausência de soluções atempadas para os Bairros de Génese Ilegal, pelo entrave ao desenvolvimento económico, ainda por cima um partido que dificultou a criação do Município de Odivelas. -----

E por isso não podemos nestas ocasiões, deixar de falar de actuações dum passado recente, actuações essas que foram altamente penalizadoras para o Município de Odivelas. -----

Isto são factos,-----

é história,-----

e a história não pode ser apagada.-----

Portanto,-----

É caso para dizer, que a CDU fez o mal e a caramunha.-----

Mas também que não sejam entendidas estas minhas palavras como uma cortina de fumo para tentar branquear a actuação do Governo, na situação actual.-----

Não é esse o caso.-----

Temos essencialmente que ser correctos nas nossas análises e esgrimir com aquilo que é evidente, ou seja com números.-----

E os números são os seguintes:-----

Num ano de forte contenção orçamental, como vai ser o ano de 2003, contenção essa que vai atingir forçosamente todos os sectores da Sociedade Portuguesa, as Autarquias vão ter um aumento de 3,6 %; Longe do aumento de 2001 que foi de 12% e dos 15% de 2000; Mas mesmo assim um aumento. -----

E para que conste, o Município de Odivelas vai ter um aumento global de 2,5 % nas verbas a transferir.-----

Mas será que se as verbas a transferir fossem superiores, se vivéssemos numa situação normal que não a de contenção, estaria o Município apto a responder a todas as necessidades ? -----

É preciso também não esquecer que o próprio Município está num regime de evidente contenção há quase um ano.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Mas, para que fique registado, as verbas inscritas em PIDDAC para o Município de Odivelas, relativas ao ano de 2003, são as seguintes:-----

1 - Intervenção no Concelho de Odivelas, na área da conservação e remodelação do parque escolar, no valor de 1.545.000 €.-----

2 - Extensão de saúde de Olival Basto, com uma verba de 50.000 € para 2003 e 900.000 € para 2004.-----

3 - Interface de Senhor Roubado com 2.764.000 €, para 2003.-----

4 - Pavilhão da ES de Caneças, com 1.050.000 €, para 2003.-----

5 - Ligação nó da Ramada/radial de Odivelas – Rotunda Casal do Monte, com 1.000.000 €, para 2003.-----

6 - 180.000 € para a conclusão do pavilhão de ES da Ramada.-----

7 - E várias intervenções totalizando 174.000 €, para a construção da Igreja e Centro Paroquial e Social da Ramada, Escola Prof. Agrícola da Paiã, Quartel da GNR em Caneças e Educação Pré-Escolar no Concelho de Odivelas.-----

É evidente que todos queríamos mais, queríamos certamente o lançamento de mais obras para o Concelho de Odivelas, mas também consideramos ser desprestigiantes, as declarações feitas para os órgãos da comunicação social, dizendo que as únicas verbas para o Município de Odivelas, são para o Quartel da GNR em Caneças que já está concluído e para o Pavilhão da ES da Ramada, que também já está concluído.-----

Depois é preciso não esquecer que,-----

Uma análise um pouco mais profunda no que diz respeito ao PIDDAC para 2003, e a sua implicação directa ou indirecta no Concelho de Odivelas, leva a concluir que estão inscritas outras verbas que devem ser registadas, e que são as seguintes:-----

1 – A acessibilidade da CRIL ao interface do Senhor Roubado, com uma verba de 100.000 € para 2003, e 900.000 € para 2004.-----

2 - O celebre eixo norte – sul, com uma verba de 4 milhões de Euros para 2003, 14 milhões de Euros para 2004 e 17 milhões de euros para 2005, esta obra vai tirar muito trânsito à Calçada de Carriche e consequentemente beneficiar os Municípios de Odivelas.-----

3 - O início da construção de mais um troço da CRIL, no sentido Buraca - Pontinha, que vai ter 50 milhões de euros até 2006.-----

4 - 1.500.000 € para o estudo do Metro Ligeiro de Superfície, entre Algés e Loures, equipamento que vai servir Odivelas.-----

5 - E finalmente o mais importante - a jóia da coroa - em termos de investimento, os 71 milhões de euros para 2003, destinados ao Metro entre o Campo Grande e Odivelas.-----

Estes investimentos estão mencionados em PIDDAC para 2003 e constam das folhas que não foram distribuídas inicialmente aos senhores Deputados Municipais, ou seja as folhas 93, 94, 95 e 96.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Assim, é nosso entendimento que,-----

Sendo o PIDDAC de 2003, um instrumento de investimento do estado que não pode ser só visto em termos da sua incidência meramente local, que sendo importante e fundamental, não pode esconder os vultosos investimentos programados para toda a zona envolvente ao Município de Odivelas.-----

E então coloca-se esta pergunta,-----

Que outra zona do País tem este volume de investimentos ao nível das Acessibilidades e Transportes ?-----

Assim, o protesto do PCP/CDU, tem razão de ser relativamente às legítimas expectativas no que respeita aos Centros de Saúde já protocolados, à ausência de verbas para o PER e para Habitação Social.-----

A solução que vai ser encontrada para a construção do Hospital – Maternidade de Loures/Odivelas, que desejamos o mais urgente possível, vai passar certamente por uma parceria público – privada, não tendo por isso que estar inscrita em PIDDAC.-----

Mas tudo o vá muito para além disto é a nosso ver politicamente oportunista a tem como únicos objectivos os já atrás já mencionados, sendo inclusivamente incorrecta esta atitude, tendo em conta até declarações feitas há poucos meses, por autarcas da CDU à Comunicação Social.-----

Mas ocorrem-nos outras perguntas.-----

Quais as obras reclamadas pela CDU, citadas neste extenso lençol de reclamações foram planeadas ou reclamadas anteriormente pela CDU à Comissão Instaladora ?-----

Mais, gostaríamos de saber o seguinte:-----

Das obras mencionadas, quais as que foram reclamadas e pedidas para serem introduzidas pela Câmara de Odivelas em PIDDAC, para o ano de 2002 ?-----

Das obras mencionadas, quais as que foram reclamadas e pedidas para serem introduzidas pela Câmara de Odivelas em PIDDAC, para o ano de 2003 ?-----

Sejamos claros.-----

O PSD está ao lado daqueles que desejam e querem o melhor para o Município de Odivelas.-----

Estamos, como sempre estivemos, disponíveis, para quando, e se for necessário, acompanhar e apoiar todas as diligências junto de qualquer entidade, diligências essas que tenham em vista reivindicações legítimas que tenham em vista o desenvolvimento do nosso Município.-----

Mas a CDU utiliza uma linguagem de confronto pelo confronto, como se quisesse voltar a um tempo que ninguém quer e já muitos esqueceram, utilizando a demagogia como arma, tratando assuntos sérios duma forma que não podemos aceitar.-----

Pessoalmente, não tenho qualquer dificuldade no confronto político com a CDU, tive um percurso de 22 anos na Assembleia Municipal de Loures, de 1979 a 2001, precisamente o tempo da gestão da CDU no Concelho de Loures, e portanto, como devem calcular já vi tudo, ou melhor quase tudo.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata gostaria e nisso não temos complexos em estar ao lado da CDU, em tudo o que lógico e sensato reivindicar, agora, não podemos nem queremos é viver num mundo de fantasia junto daqueles que continuam agarrados a um passado que não existe e não vai voltar. -----

Para terminar,-----

Reafirmo a intenção e o empenhamento dos autarcas do Partido Social Democrata, para um debate que se quer sereno e democrático nesta Assembleia Municipal, que pensamos ser o local indicado a apropriado para o desenvolvimento de ideias que conduzam ao progresso e bem estar dos Odivelenses e de Odivelas.”

No âmbito deste Ponto, intervieram ainda os seguintes Deputados Municipais:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**;-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**;-----

Jorge Ramos Silva, pela bancada do **PS**,-----

Carlos Silva Santos, pela bancada do **CDU**;-----

Luís Salmonete, da bancada do **PSD**, pediu para intervir em defesa da sua honra, face à intervenção do

Carlos Silva Santos, da bancada do **CDU**;-----

João Rego Carvalho, da bancada do **PSD**;-----

A pedido das várias bancadas, os trabalhos foram interrompidos, a fim de se reunirem em confidência, para analisarem os Documentos apresentados pela CDU.-----

Após este período, os documentos apresentados foram colocados à votação:-----

O documento sobre “Orçamento de Estado para 2003” foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do PS e da bancada da CDU, com a abstenção da bancada do PSD e um voto contra da bancada do CDS/PP.-----

Foi apresentada uma **declaração de voto** pela bancada do **PSD**, que seguidamente se transcreve:-----

“O Partido Social Democrata quer deixar claro, especialmente à bancada da CDU, o seguinte:-----

O Orçamento de Estado é sempre um documento ideológico de qualquer Governo, que implica escolhas e essas escolhas são agora ditadas pela situação financeira do país. É só isso que nós queremos dizer.”-----

O documento sobre o “PIDDAC 2003”, foi rejeitado com os votos contra da bancada do PS, PSD e CDS/PP, e com os votos a favor da bancada da CDU.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Foi proferida uma **declaração de voto** em nome da bancada do **PS**, sobre o documento “**PIDDAC 2003**”, que seguidamente se transcreve.-----

“A bancada do PS votou contra este documento do PIDDAC 2003, porque ele enumera uma série de equipamentos que não fazem sentido, e que ao longo dos anos sistematicamente são repetidas moções deste tipo, e o PS sempre se manifestou contra, pois temos uma noção de um conjunto e não de uma situação pontual e de cada bairro.-----

Entendemos que não pode existir um Centro de Saúde em cada esquina, bem como as esquadras da PSP também não podem ter o mesmo tratamento.-----

Para além disso, este documento menciona uma série de equipamentos e uma série de obras que não são da responsabilidade da Administração Central.-----

Estas foram as razões que nos levaram a votar contra.”-----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma **declaração de voto** sobre os **dois documentos supra apresentados**, que seguidamente se transcreve:-----

“De facto o Orçamento de Estado é ideológico e espelha a natureza de classe social em relação a quem atinge e a quem favorece. Não há dúvida nenhuma que é um Orçamento «de apertar o cinto», mas não a todos. «Apertar o cinto» a quem sempre tem «apertado o cinto» e também os Municípios, porque em relação aos efeitos que tem na contenção salarial, nas reformas, aí não há dúvida que é um Orçamento de contenção.-----

Agora em relação às isenções fiscais, em relação ao off-shore da Madeira e às isenções ao capital financeiro, aí já é «larga vara», como se costuma dizer. Neste sentido, não há dúvida nenhuma que aí há o «apertar o cinto» para uns e não para outros.-----

Esta posição diferenciada do PS em relação ao Orçamento de Estado, aos aspectos genéricos tratados numa das resoluções, e depois uma posição diferenciada em relação aos aspectos concretos que estão no PIDDAC, é a nosso ver difícil de perceber, a não ser que estamos todos de acordo quando são generalidades, mas depois quando é para ir ao concreto, aí já há uma diferença de posição.”-----

Não havendo mais intervenções, a **Senhora Presidente** deu por terminada a análise e apreciação do Ponto 1 da Ordem do Dia.-----



Município de Odivelas Assembleia Municipal

PONTO 3 – CONCURSO PÚBLICO PARA ALUGUER OPERACIONAL DE 50 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS

Após uma breve apresentação pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, o Ponto foi posto à discussão, usando da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Deputados Municipais:

António Zózimo Vieira, da bancada do **PS**, que fez a seguinte intervenção:

“O Aluguer Operacional é um contrato temporário de aluguer e prestação de serviços relativamente ao qual o cliente paga um renda fixa, usufruindo assim de uma viatura e de um conjunto de serviços dos quais se destacam:

- a aquisição, os serviços de manutenção periódica, os seguros, impostos municipais, gestão de sinistros, troca de pneus, veículo de substituição, assistência em viagem, entre outros.

Esta distingue-se das formas de financiamento tradicionais disponíveis pelas sociedades locadoras, não apenas pelos serviços associados, mas também pelo facto de se tratar de uma locação financeira onde não há qualquer opção de compra imposta pelo locador.

O que existe é um valor residual equivalente ao que é suposto ser o valor de mercado da viatura no final do respectivo contrato de aluguer. Aquele valor residual assim determinado, constitui um risco do locador e uma vez que se trata de parte do valor da viatura, não gera custo para o locatário.

Todavia, o aluguer operacional não inviabiliza o direito de opção de compra, se houver interesse por parte do locatário em o exercer no final do contrato, ficando neste estabelecido o valor residual acordado pelas partes.

Taxa de juro implícita no Aluguer Operacional:

Isto apenas para dizer que hoje se consegue taxas de juro neste instrumento de gestão, o que não acontecia há uns anos, bastante atractivas e que não estão longe das taxas de financiamento que o Município consegue directamente na Banca.

A taxa de juro deste tipo de financiamento situa-se actualmente entre os 4,5% e os 5%, podendo manter-se fixa até ao final do contrato, o que efectivamente defendemos.

Tratando-se sem dúvida de uma variável importante, chama-se à atenção que a taxa de juro implícita num aluguer operacional é apenas uma entre outras variáveis que concorrem para a formação do custo total do aluguer, sendo incorrecto analisar-se o aluguer operacional apenas do ponto de vista financeiro. Variáveis como o preço da viatura, os custos de manutenção e o valor residual são igualmente determinantes.

O menor preço de uma viatura pode não traduzir-se em menores custos para o locatário, se a manutenção for mais dispendiosa, o valor residual no fim do contrato for baixo, decorrendo daqui a necessidade de se implementar alguma normalização da frota automóvel, tendo sempre em conta a melhor adequação da viatura à função, a qualidade da mesma e a implantação da marca no território nacional.



Município de Odivelas Assembleia Municipal

Vantagens e desvantagens inerentes ao Aluguer Operacional de veículos automóveis

Vantagens:

- Permite o aumento do controle dos custos inerentes à gestão da frota.
- Propicia à criação de valor através, fundamentalmente, da diminuição das necessidades de investimento e da redução de custos.

No caso de organizações que se encontrem em fase de grandes investimentos, financiados normalmente por capitais alheios com recurso ao crédito bancário, pode o aluguer operacional constituir-se como alternativa à compra directa, reduzindo as necessidades de investimento e diferindo no tempo, parte do esforço de tesouraria, ajustando de forma mais adequada aos fluxos de receitas que lhe permitem fazer face.

Os preços de reparação e manutenção negociados pelas gestoras de frotas junto das oficinas e o rigor que colocam na programação e controle dessa manutenção, conduzem necessariamente a menores custos da gestão de uma frota automóvel, se comparados com os custos gerados na gestão de frotas tradicionais efectuada pelas empresas, quer estas possuem oficinas próprias ou recorram a oficinas do exterior, relativamente às quais não é fácil controlar de forma eficaz o custos com as manutenções e reparações. A gestão orçamental torna-se mais fácil porque a locadora fornece toda a informação relativa a custos a orçamentar para a frota existente.

Todo o processo de registo e imputação de custos pode ser automático sem qualquer intervenção humana. Ter uma única factura por mês, quer se trate de 10 ou de 10 mil viaturas é francamente positivo em termos de redução das tarefas administrativas. Por outro lado, o aluguer operacional pode desempenhar um papel importante na opção por determinada marca ou modelo de viatura, podendo-se trabalhar à partida com custos de manutenção, valores residuais e preços de aquisição, permitindo tomar uma decisão objectiva e fundamentada.

Mas como tudo na vida, aqui também pode haver algumas desvantagens.

No que concerne às desvantagens, os defensores do aluguer operacional advogam ficar estas a dever-se não à natureza intrínseca desta ferramenta de gestão, mas ao desconhecimento e insuficiente informação tida sobre o tema e ou à deficiente formulação e implementação das metodologias tendentes à sua adopção. Trata-se de uma posição aceitável, devendo contudo ter-se em conta que o desajustamento do próprio processo com a estratégia da organização e a má solução oferecida pelo locador, ou deficiente negociação das condições contratuais, podem-se constituir como causas de alguma ineficiência que deve ser evitada.

Finalmente, e não obstante não traduzir esta uma desvantagem intrínseca ou de “sourcing” da gestão de frotas, dada a sua relevância prática, parece-nos ser de alertar o facto da cultura organizacional da entidade contratante constituir-se não raras vezes como um verdadeiro obstáculo à opção por esta ferramenta de



Município de Odivelas Assembleia Municipal

gestão, principalmente quando existem oficinas e serviços específicos de gestão da frota automóvel da própria organização.-----

Relação contratual:-----

Deve existir um contrato-quadro assinado pelo locador e pelo locatário. Por cada viatura deve ser emitido um contrato individual onde conste o preço de aquisição, o valor residual, a previsão do número de quilómetros a percorrer, os custos de manutenção, renda financeira, seguros, etc.-----

Formalidades do Concurso:-----

Foi analisada a informação disponível, pareceu-nos correcta e de acordo com a lei a forma de concurso público, bem como a documentação que o informa.-----

Assim, por considerar que se trata de um instrumento de gestão inovador e que traz vantagens para o Município do ponto de vista da eficiência da redução de custos, o Grupo do PS vai votar favoravelmente a adopção do Aluguer Operacional de viaturas.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Magalhães Ferreira**, pela bancada da **CDU**;-----

Após este período, este Ponto foi colocado à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-----

A **Senhora Presidente** informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, não se tendo registado inscrições para tal.-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente** declarou encerrada a Sessão pelas dezanove horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

A Senhora Presidente:-----